

Ata da décima reunião ordinária de 2016 do Núcleo Docente Estruturante – NDE

Ciências - Licenciatura.

1 Aos dezoito dias do mês de novembro, do ano de dois mil e dezesseis, nesta cidade de Diadema-SP, atendendo à
2 convocação do coordenador Prof. Sergio Stoco, reuniram-se na unidade Antônio Doll, sala da licenciatura, os
3 professores: Ilana Fichberg, representando a área de Biologia; Carlos Senise, representando a área de Física;
4 Patricia Linardi e Tiago Castilho, representando a área de Matemática; Lucinéia Ceridório, representando a área de
5 Química; o Prof. Reginaldo Meloni, ex-coordenador do curso; e o Prof. Sérgio Stoco, coordenador do NDE.
6 Justificaram ausência as professoras: Ana Gouw, coordenadora do curso Ciências – Licenciatura; Maria Beatriz
7 Rossi Caruzo, representando a área de Biologia. A reunião se iniciou às dez horas e vinte minutos, com os itens
8 previamente enviados para a pauta. **Informes.** O prof. Sergio informou que havia pendências de encaminhamento
9 de dois assuntos pautados nas reuniões do NDE: discussão sobre regulamento para atividades à distância nas UCs
10 do curso e decisão sobre pedido de mudança de termo da UC Química Inorgânica, coordenada pela prof. Ana
11 Valéria Lourenço. **1. Inclusão de pauta dos itens tratados nos informes.** Sobre a discussão a respeito do
12 regulamento para atividades à distância nas UCs do curso, foi solicitado aos professores Sergio e Lucinéia que
13 completem o encaminhamento dado na reunião do NDE de 05/08/2016, enviando a comissão de curso proposição
14 para debate sobre o tema; quanto a decisão sobre pedido de mudança de termo da UC Química Inorgânica,
15 coordenada pela prof. Ana Valéria Lourenço, ficou deliberado que a docente solicitante deve aguardar o processo
16 de reorganização do curso, tendo em vista prováveis alterações na grade curricular. **2. Leitura e aprovação das**
17 **Atas de 05 e 23 de agosto de 2016.** As Atas foram aprovadas com três abstenções. **3. Estudo para subsidiar**
18 **decisão sobre perfil do egresso e objetivos sociais do curso.** Seguindo o que foi deliberado na reunião anterior, os
19 grupos estabelecidos pesquisaram os temas e apresentaram suas apreciações: **Grupo profs. Ana, Sergio, Simone e**
20 **Carlos - Diretrizes Curriculares Nacionais da Ed. Básica – o que fala sobre as Ciências;** O prof. Sergio fez pesquisa
21 sobre as diretrizes e apresentou o seguinte parecer:

22 Não foram localizados elementos que pudessem restringir ou direcionar de forma operativa a formação, nem tão
23 pouco conteúdos curriculares ou objetos educativos na constituição de um perfil de egresso em nosso curso de
24 licenciatura.

25 Mesmo considerando as possibilidades abertas com a aprovação da nova BNCC e, particularmente, as alterações
26 da MP 746 (ensino médio) não foram encontrados riscos que impeçam uma decisão presente, baseada nestas
27 diretrizes vigentes, no sentido de manter ou alterar nossa atual formação curricular.

28 Na verdade, a leitura feita parece reforçar a ideia da pertinência de uma licenciatura que busca a
29 interdisciplinaridade como princípio.

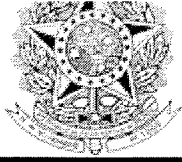
30 Recortei alguns trechos das normativas de aspectos mais direcionados ao nosso objetivo de orientar um perfil de
31 egresso.

32 Inicialmente, segue a descrição de sete dimensões formativas que devem ser observadas na nossa diretriz base
33 Resolução 02/2015 com a preocupação da formação didática e prática de nossos egressos.

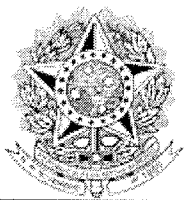
34 Na sequência incluo recortes das diretrizes gerais da educação básica e específicas do ensino fundamental e médio
35 (particular destaque para a formação de professores e os aspectos dos componentes curriculares).

36 Segue ainda, anexos, diretrizes específicas de licenciaturas de nossas áreas do curso. Observem que a única
37 recomendação no caso das licenciaturas de Física, Química e Ciências Biológicas é que:

38 Art. 2 O projeto pedagógico de formação profissional a ser formulado pelo curso de Química deverá explicitar:



- 39 V - os conteúdos definidos para a Educação Básica, no caso das licenciaturas;
- 40 A exceção é a licenciatura em matemática que estabelece alguns conteúdos curriculares obrigatórios.
- 41 *Dimensões formativas para o exercício profissional no magistério, presentes no Documento Base da Comissão*
42 *SEB/MEC – fevereiro 2016 com Orientações para cursos de Formação de Professores nas áreas de Didática,*
43 *Metodologias e Práticas de Ensino:*
- 44 (1) Conhecimentos sobre a Educação Básica e sua gestão.
- 45 (2) Compreensão do campo de conhecimento específico de sua especialidade, o que permite “mover-se no
46 campo”.
- 47 (3) Domínio do conhecimento pedagógico do conteúdo a ser ensinado que fundamente ações didáticas
48 pertinentes e diferentes para os diferentes conteúdos.
- 49 (4) Compreensão dos aspectos filosóficos, históricos, políticos e sociológicos da educação, integrando esses
50 conhecimentos para a compreensão da realidade educacional de forma a permitir orientar suas práticas
51 profissionais.
- 52 (5) Compreensão do desenvolvimento e da aprendizagem de crianças e adolescentes em seus aspectos
53 característicos sócio, psicológicos e culturais.
- 54 (6) Formação para o acompanhamento das ações educacionais e das progressões das crianças e adolescentes para
55 realimentação pedagógica e gestão da escola, ou do sistema.
- 56 (7) Formação para o desenvolvimento de atitudes investigativas da prática educacional.
- 57 *RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010 (*) Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação*
58 *Básica.*
- 59 *FORMAÇÃO BÁSICA COMUM E PARTE DIVERSIFICADA*
- 60 Art. 14. A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos
61 culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e
62 tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na
63 produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais.
- 64 § 1º Integram a base nacional comum nacional:
- 65 a) a Língua Portuguesa;
- 66 b) a Matemática;
- 67 c) o conhecimento do mundo físico, natural, da realidade social e política, especialmente do Brasil, incluindo-se o
68 estudo da História e das Culturas Afro-Brasileira e Indígena,
- 69 d) a Arte, em suas diferentes formas de expressão, incluindo-se a música;
- 70 e) a Educação Física;
- 71 f) o Ensino Religioso.
- 72 § 2º Tais componentes curriculares são organizados pelos sistemas educativos, em forma de áreas de
73 conhecimento, disciplinas, eixos temáticos, preservando-se a especificidade dos diferentes campos do
74 conhecimento, por meio dos quais se desenvolvem as habilidades indispensáveis ao exercício da cidadania, em
75 ritmo compatível com as etapas do desenvolvimento integral do cidadão.



76 § 3º A base nacional comum e a parte diversificada não podem se constituir em dois blocos distintos, com
77 disciplinas específicas para cada uma dessas partes, mas devem ser organicamente planejadas e geridas de tal
78 modo que as tecnologias de informação e comunicação perpassem transversalmente a proposta curricular, desde
79 a Educação Infantil até o Ensino Médio, imprimindo direção aos projetos político-pedagógicos.

80 Art. 15. A parte diversificada enriquece e complementa a base nacional comum, prevendo o estudo das
81 características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar, perpassando
82 todos os tempos e espaços curriculares constituintes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio,
83 independentemente do ciclo da vida no qual os sujeitos tenham acesso à escola.

84 § 1º A parte diversificada pode ser organizada em temas gerais, na forma de eixos temáticos, selecionados
85 colegiadamente pelos sistemas educativos ou pela unidade escolar.

86 § 2º A LDB inclui o estudo de, pelo menos, uma língua estrangeira moderna na parte diversificada, cabendo sua
87 escolha à comunidade escolar, dentro das possibilidades da escola, que deve considerar o atendimento das
88 características locais, regionais, nacionais e transnacionais, tendo em vista as demandas do mundo do trabalho e
89 da internacionalização de toda ordem de relações.

90 § 3º A língua espanhola, por força da Lei nº 11.161/2005, é obrigatoriamente ofertada no Ensino Médio, embora
91 facultativa para o estudante, bem como possibilitada no Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano.

92 Art. 16. Leis específicas, que complementam a LDB, determinam que sejam incluídos componentes não
93 disciplinares, como temas relativos ao trânsito, ao meio ambiente e à condição e direitos do idoso.

94 Art. 17. No Ensino Fundamental e no Ensino Médio, destinar-se-ão, pelo menos, 20% do total da carga horária
95 anual ao conjunto de programas e projetos interdisciplinares eletivos criados pela escola, previsto no projeto
96 pedagógico, de modo que os estudantes do Ensino Fundamental e do Médio possam escolher aquele programa ou
97 projeto com que se identifiquem e que lhes permitam melhor lidar com o conhecimento e a experiência.

98 § 1º Tais programas e projetos devem ser desenvolvidos de modo dinâmico, criativo e flexível, em articulação com
99 a comunidade em que a escola esteja inserida.

100 § 2º A interdisciplinaridade e a contextualização devem assegurar a transversalidade do conhecimento de
101 diferentes disciplinas e eixos temáticos, perpassando todo o currículo e propiciando a interlocução entre os
102 saberes e os diferentes campos do conhecimento.

103 *O PROFESSOR E A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA*

104 Art. 56. A tarefa de cuidar e educar, que a fundamentação da ação docente e os programas de formação inicial e
105 continuada dos profissionais da educação instauram, reflete-se na eleição de um ou outro método de
106 aprendizagem, a partir do qual é determinado o perfil de docente para a Educação Básica, em atendimento às
107 dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas.

108 § 1º Para a formação inicial e continuada, as escolas de formação dos profissionais da educação, sejam gestores,
109 professores ou especialistas, deverão incluir em seus currículos e programas:

110 a) o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na
111 cidadania;

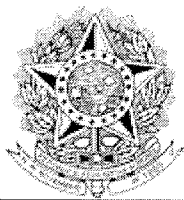
112 b) a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;

113 c) a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições
114 de ensino;



Núcleo Docente Estruturante –NDE Ciências - Licenciatura

- 115 d) a temática da gestão democrática, dando ênfase à construção do projeto político pedagógico, mediante
116 trabalho coletivo de que todos os que compõem a comunidade escolar são responsáveis.
- 117 Art. 57. Entre os princípios definidos para a educação nacional está a valorização do profissional da educação, com
118 a compreensão de que valorizá-lo é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética,
119 estética, ambiental.
- 120 § 1º A valorização do profissional da educação escolar vincula-se à obrigatoriedade da garantia de qualidade e
121 ambas se associam à exigência de programas de formação inicial e continuada de docentes e não docentes, no
122 contexto do conjunto de múltiplas atribuições definidas para os sistemas educativos, em que se inscrevem as
123 funções do professor.
- 124 § 2º Os programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, vinculados às orientações
125 destas Diretrizes, devem prepará-los para o desempenho de suas atribuições, considerando necessário:
- 126 a) além de um conjunto de habilidades cognitivas, saber pesquisar, orientar, avaliar e elaborar propostas, isto é,
127 interpretar e reconstruir o conhecimento coletivamente;
- 128 b) trabalhar cooperativamente em equipe;
- 129 c) compreender, interpretar e aplicar a linguagem e os instrumentos produzidos ao longo da evolução tecnológica,
130 econômica e organizativa;
- 131 d) desenvolver competências para integração com a comunidade e para relacionamento com as famílias.
- 132 Art. 58. A formação inicial, nos cursos de licenciatura, não esgota o desenvolvimento dos conhecimentos, saberes
133 e habilidades referidas, razão pela qual um programa de formação continuada dos profissionais da educação será
134 contemplado no projeto político-pedagógico. Art. 59. Os sistemas educativos devem instituir orientações para que
135 o projeto de formação dos profissionais preveja:
- 136 a) a consolidação da identidade dos profissionais da educação, nas suas relações com a escola e com o estudante;
- 137 b) a criação de incentivos para o resgate da imagem social do professor, assim como da autonomia docente tanto
138 individual como coletiva;
- 139 c) a definição de indicadores de qualidade social da educação escolar, a fim de que as agências formadoras de
140 profissionais da educação revejam os projetos dos cursos de formação inicial e continuada de docentes, de modo
141 que correspondam às exigências de um projeto de Nação.
- 142 *RESOLUÇÃO Nº 7, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010 (*)*
- 143 *Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.*
- 144 Art. 15 Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental serão assim organizados em relação às
145 áreas de conhecimento:
- 146 I – Linguagens:
- 147 a) Língua Portuguesa;
- 148 b) Língua Materna, para populações indígenas;
- 149 c) Língua Estrangeira moderna;
- 150 d) Arte; e
- 151 e) Educação Física;



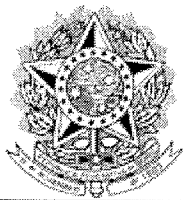
- 152 II – Matemática;
- 153 III – Ciências da Natureza;
- 154 IV – Ciências Humanas:
- 155 a) História;
- 156 b) Geografia;
- 157 V – Ensino Religioso.
- 158 *RESOLUÇÃO Nº 2, DE 30 DE JANEIRO 2012 (*)*
- 159 *Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.*
- 160 Art. 7º A organização curricular do Ensino Médio tem uma base nacional comum e uma parte diversificada que não
161 devem constituir blocos distintos, mas um todo integrado, de modo a garantir tanto conhecimentos e saberes
162 comuns necessários a todos os estudantes, quanto uma formação que considere a diversidade e as características
163 locais e especificidades regionais. Art. 8º O currículo é organizado em áreas de conhecimento, a saber:
- 164 I - Linguagens;
- 165 II - Matemática;
- 166 III - Ciências da Natureza;
- 167 IV - Ciências Humanas.
- 168 § 1º O currículo deve contemplar as quatro áreas do conhecimento, com tratamento metodológico que evidencie
169 a contextualização e a interdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos
170 de saberes específicos.
- 171 § 2º A organização por áreas de conhecimento não dilui nem exclui componentes curriculares com especificidades
172 e saberes próprios construídos e sistematizados, mas implica no fortalecimento das relações entre eles e a sua
173 contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo planejamento e execução conjugados e
174 cooperativos dos seus professores.
- 175 Parágrafo único. Em termos operacionais, os componentes curriculares obrigatórios decorrentes da LDB que
176 integram as áreas de conhecimento são os referentes a:
- 177 I - Linguagens:
- 178 a) Língua Portuguesa;
- 179 b) Língua Materna, para populações indígenas;
- 180 c) Língua Estrangeira moderna;
- 181 d) Arte, em suas diferentes linguagens: cênicas, plásticas e, obrigatoriamente, a musical;
- 182 e) Educação Física.
- 183 II - Matemática.
- 184 III - Ciências da Natureza:
- 185 a) Biologia;



- 186 b) Física;
- 187 c) Química.
- 188 IV - Ciências Humanas:
- 189 a) História;
- 190 b) Geografia
- 191 c) Filosofia;
- 192 d) Sociologia.

193 **Grupo profs. Patrícia, Lucinéia e Reginaldo – modelos de Cursos de Licenciatura de professores de Ciências;** A
194 profa. Patricia apresentou uma relação de cursos de Licenciatura em Ciências no país destacando a variedade de
195 formas de oferta (nas modalidades presencial e à distância), tendo o curso mais próximo da nomenclatura que
196 oferecemos na UNIFESP, o curso EAD da USP / Univesp. Na apresentação houve destaque para o fato de modelos
197 com e sem ciclo básico, de articulações diferentes entre áreas (Química, Física, Biologia e Matemática). A profa.
198 Lucinéia destacou a nomenclatura Ciências da Natureza como a mais abrangente para atendimento da Educação
199 Básica, completando que a tendência dos cursos é seguir as nomenclaturas previstas na legislação. O prof. Tiago
200 perguntou como se dá a composição das áreas? A profa. Patricia informou que o mais frequente são composições
201 sem a Biologia, informação a qual o prof. Carlos concordou. O prof. Reginaldo completou que as áreas de Biologia
202 e Matemática representam os extremos, entre elas, desta composição, sendo que dependendo da presença dessas
203 áreas os cursos adquirem um determinado perfil. A profa. Lucinéia questionou o tempo de existência na
204 comparação desses cursos. A profa. Patricia afirmou que, pelo que está disponível nas páginas da internet, os
205 cursos revelam, em parte, várias reformulações durante a história deles. O prof. Carlos afirmou que no caso da
206 UNIPAMPA foi acrescida a área de Geografia às demais ciências. A profa. Ilana perguntou se há informação se os
207 egressos desses cursos obtêm vagas de trabalho? A profa. Patricia citou o caso de Sinope/MS onde há uma estreita
208 relação entre secretarias de educação e universidades formadoras. **Grupo profs. Ilana, Tiago e Beatriz –**
209 **apresentação de editais de concursos de Ciências e áreas específicas;** A professora Ilana apresentou a pesquisa
210 realizada indicando a dificuldade para entender por onde poderia começar esse estudo. A profa. Ilana observou
211 que os editais da SEE SP são muito amplos, permitindo grande variação de currículos de formação para os
212 professores que atuarão na Rede. Já os municípios, tem editais mais específicos, onde, na área de Biologia, por
213 exemplo, são exigidas questões bastante específicas nos conteúdos cobrados, aos quais ela comparou com as
214 ofertas de UCs do nosso curso de Ciências – Licenciatura da UNIFESP. O prof. Carlos vê como medida de sucesso do
215 nosso curso o fato de termos nossos egressos empregados. A profa. Lucinéia expressou sua preocupação com a
216 preparação em cada área. A profa. Patricia revelou uma preocupação dos estudantes: “Eu posso dar aula de?
217 Matemática para o Ensino Fundamental ou para o Ensino Médio?”; e, ainda, completou afirmando que a SEE SP
218 aceita qualquer formação e que a área de matemática forma poucos professores. O prof. Sergio concordou com a
219 afirmativa e contou o processo histórico da desestruturação da carreira no magistério paulista. A profa. Ilana
220 concluiu sua fala sobre o estudo afirmando que nos municípios, em geral, metade da cobrança para os cursos
221 referem-se aos conteúdos pedagógicos, o que nos faz refletir sobre o nosso curso. A profa. Patricia revelou que os
222 concursos na área de matemática são para aqueles que já são professores e não para os recém graduados. Após a
223 apresentação dos grupos o prof. Sergio fez uma proposta de encaminhamento para a definição do perfil do
224 egresso e objetivos sociais do curso. Ele disse estar seguro de que o curso pode manter seu atual propósito, a
225 saber, formar um professor de Ciências e Matemática, mas que isso deve ser ratificado por todos ao
226 compreenderem que não é possível, a partir dessa formação, gerar bacharéis em qualquer uma das áreas, nem tão
227 pouco gerar “segundas licenciaturas”. O curso forma professores de ciências e não licenciandos de biologia, física,
228 química e matemática. Outro aspecto é que o currículo deve revelar isso, reforçando a formação dos fundamentos
229 pedagógicos (no curso chamados de humanidades) e das áreas específicas, para alcançar a almejada
230 interdisciplinariedade, o que o faz ver com bons olhos a proposta da reunião de 27/10/2016 de criar disciplinas de

polho F



- 189 a) História;
- 190 b) Geografia
- 191 c) Filosofia;
- 192 d) Sociologia.

193 **Grupo profs. Patrícia, Lucinéia e Reginaldo – modelos de Cursos de Licenciatura de professores de Ciências;** A
194 profa. Patrícia apresentou uma relação de cursos de Licenciatura em Ciências no país destacando a variedade de
195 formas de oferta (nas modalidades presencial e à distância), tendo o curso mais próximo da nomenclatura que ofe-
196 recemos na UNIFESP, o curso EAD da USP / Univesp. Na apresentação houve destaque para o fato de modelos com
197 e sem ciclo básico, de articulações diferentes entre áreas (Química, Física, Biologia e Matemática). A profa. Luci-
198 néia destacou a nomenclatura Ciências da Natureza como a mais abrangente para atendimento da Educação Básic-
199 a, completando que a tendência dos cursos é seguir as nomenclaturas previstas na legislação. O prof. Tiago per-
200 guntou como se dá a composição das áreas? A profa. Patricia informou que o mais frequente são composições sem
201 a Biologia, informação a qual o prof. Carlos concordou...O prof. Reginaldo completou que as áreas de Biologia e
202 Matemática representam os extremos, entre elas, desta composição, sendo que dependendo da presença dessas
203 áreas os cursos adquirem um determinado perfil. A profa. Lucinéia questionou o tempo de existência na compara-
204 ção desses cursos. A profa. Patricia afirmou que, pelo que está disponível nas páginas da internet, os cursos reve-
205 lam, em parte, várias reformulações durante a história deles. O prof. Carlos afirmou que no caso da UNIPAMPA foi
206 acrescida a área de Geografia às demais ciências. A profa. Ilana perguntou se há informação se os egressos desses
207 cursos obtêm vagas de trabalho? A profa. Patricia citou o caso de Sinope/MT onde há uma estreita relação entre
208 secretarias de educação e universidades formadoras. **Grupo profs. Ilana, Tiago e Beatriz – apresentação de editais**
209 **de concursos de Ciências e áreas específicas;** A professora Ilana apresentou a pesquisa realizada indicando a difi-
210 culdade para entender por onde poderia começar esse estudo. A profa. Ilana observou que os editais da SEE SP são
211 muito amplos, permitindo grande variação de currículos de formação para os professores que atuarão na Rede. Já
212 os municípios, tem editais mais específicos, onde, na área de Biologia, por exemplo, são exigidas questões bastan-
213 te específicas nos conteúdos cobrados, aos quais ela comparou com as ofertas de UCs do nosso curso de Ciências –
214 Licenciatura da UNIFESP. O prof. Carlos vê como medida de sucesso do nosso curso o fato de termos nossos egres-
215 sos empregados. A profa. Lucinéia expressou sua preocupação com a preparação em cada área. A profa. Patricia
216 revelou uma preocupação dos estudantes: “Eu posso dar aula de? Matemática para o Ensino Fundamental ou para
217 o Ensino Médio?”; e, ainda, completou afirmando que a SEE SP aceita qualquer formação e que a área de mate-
218 mática forma poucos professores. O prof. Sergio concordou com a afirmativa e contou o processo histórico da de-
219 sestruturização da carreira no magistério paulista. A profa. Ilana concluiu sua fala sobre o estudo afirmando que nos
220 municípios, em geral, metade da cobrança para os cursos referem-se aos conteúdos pedagógicos, o que nos faz re-
221 fletir sobre o nosso curso. A profa. Patricia revelou que os concursos na área de matemática são para aqueles que
222 já são professores e não para os recém graduados. Após a apresentação dos grupos o prof. Sergio fez uma propos-
223 ta de encaminhamento para a definição do perfil do egresso e objetivos sociais do curso. Ele disse estar seguro de
224 que o curso pode manter seu atual propósito, a saber, formar um professor de Ciências e Matemática, mas que
225 isso deve ser ratificado por todos ao compreenderem que não é possível, a partir dessa formação, gerar bacharéis
226 em qualquer uma das áreas, nem tão pouco gerar “segundas licenciaturas”. O curso forma professores de ciências
227 e não licenciandos de biologia, física, química e matemática. Outro aspecto é que o currículo deve revelar isso, re-
228 forçando a formação dos fundamentos pedagógicos (no curso chamados de humanidades) e das áreas específicas,
229 para alcançar a almejada interdisciplinariedade, o que o faz ver com bons olhos a proposta da reunião de
230 27/10/2016 de criar disciplinas de ciências que articulem todas as áreas. Sendo assim, o ciclo básico do curso seria
231 de fundamentos pedagógicos, de ciências e de práticas (inclusive estágio) e o segundo segmento seria de percursos
232 formativos de ênfase em uma das áreas das ciências (química, matemática, física e biologia). Para tal proposta, de-
233 veríamos no ater em como gerar um currículo para esses objetivos. A profa. Ilana expressou sua preocupação com
234 o fato de estudantes com ênfase em biologia assumirem aulas, nas escolas, de matemática. A profa. Lucinéia reto-
235 mou a proposta de UCs de ciências e afirmou que para que isso não ocorra, insegurança com as diferentes áreas e
236 formações, o foco deveria ser nos fundamentos e raciocínios que cada área exige e não nos conteúdos. Profa. Ilana

John J. ...



31

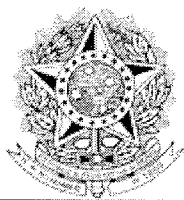
Núcleo Docente Estruturante –NDE Ciências - Licenciatura

237na afirma que esta solução de gerar disciplinas de ciências geraria vários espaços na grade, uma vez que reduziria
238UCs específicas e professores coordenariam UCs em conjunto. A profa. Lucinéia disse ser esta uma vantagem, uma
239vez que abre mais espaços para UCs de fundamento pedagógico. O prof. Sergio também concorda com a fala da
240profa. Lucinéia e explica a importância da grade ter mais áreas livres. O prof. Carlos também vê a possibilidade de
241UCs de fundamento pedagógico como eletivas. A profa. Ilana completa dizendo que também poder-se-ia aumentar
242a carga horária das UCs de ciências I, II, III. A profa. Lucinéia pede que retomemos o objetivo de firmar uma posição
243sobre o perfil do egresso e, depois, começamos a pensar nos percursos formativos. O prof. Tiago pergunta como fi-
244cariam os tempos de formação? A profa. Ilana imagina talvez uma ampliação do ciclo básico. O prof. Carlos imagi-
245na que com essa configuração se formaria mais adequadamente os aspectos pedagógicos dando menos destaque
246aos conteúdos específicos. A profa. Ilana pergunta como ficariam as práticas. O prof. Sergio esclarece que a carga
247horária de práticas é definida pelas diretrizes, mas que a forma e o percurso dessas práticas são de responsabilidade
248de dos cursos. A professora Patricia, lembrando uma fala do prof. Wagner Pommer, alerta que não é possível fazer
249as duas coisas: ou forma para uma ciência ou cria-se percursos. Ela ainda questiona se, não foi essa, uma das ra-
250zões do insucesso do curso da USP / Univesp. Alguns membros do NDE responderam à questão dizendo que o pro-
251blema com o curso da USP foi o abandono (falta de recursos) do governo estadual ao projeto Univesp. Prof. Regi-
252naldo vê um problema em pensarmos em dividir novamente o curso em áreas, pois seria refazer tudo de novo e
253não teríamos “fôlego” para tal iniciativa. Também não devemos criar percursos muito específicos, por exemplo,
254como no caso da matemática. A profa. Patricia destacou que não é adequado transferir a responsabilidade de deci-
255dir percursos isolados para a própria área de matemática, pois esta discussão deve ser feita por todas as áreas para
256não gerar desconfortos. O prof. Sergio afirmou que um dos problemas dessa visão de divisão por áreas é a denomi-
257nação “habilitação” que vem nos certificados, dando a falsa impressão que estamos formando licenciandos em
258áreas específicas. Os presentes na reunião começaram a discutir a viabilidade e o impacto de mudar o termo habi-
259litação nos certificados do curso. A profa. Ilana levantou a preocupação sobre as áreas de concurso dos docentes
260que estão no curso. Como ficariam os contratados para áreas e conteúdos específicos? Os membros do NDE pre-
261sentes começaram a destacar o inevitável impacto que as mudanças trarão. A profa. Lucinéia apontou outra preo-
262cupação, quanto a possibilidade de escolha de percursos gerar UCs sem estudantes ao final do curso. A profa. Pa-
263tricia destacou que isso já ocorre no modelo atual e os membros presentes comentaram ser esta uma dificuldade
264inerente a escolha, citando o caso da UFABC. Não havendo mais tempo para o debate, os membros do NDE pre-
265sentes decidiram se reunir novamente para decidir sobre o perfil do egresso e objetivos sociais do curso, ficando
266para a próxima reunião o compromisso de todos pensarem sobre percursos formativos. A próxima reunião será dia
26701 de novembro, 10hs, e na ocasião decidiremos sobre o perfil dos egressos e os objetivos sociais do curso. Nada
268mais havendo a tratar foi encerrada a reunião às doze horas e dezenove minutos, para constar, eu, professor Ser-
269gio Stoco, lavrei a presente ata que, após aprovada pelos membros do NDE, será assinada por mim e pelos demais
270membros do NDE presentes.

271

Patricia Roxana Pommer

Reginaldo



Núcleo Docente Estruturante –NDE Ciências - Licenciatura

231 ciências que articulem todas as áreas. Sendo assim, o ciclo básico do curso seria de fundamentos pedagógicos, de
232 ciências e de práticas (incluso estágio) e o segundo segmento seria de percursos formativos de ênfase em uma das
233 áreas das ciências (química, matemática, física e biologia). Para tal proposta, deveríamos no ater em como gerar
234 um currículo para esses objetivos. A profa. Ilana expressou sua preocupação com o fato de estudantes com ênfase
235 em biologia assumirem aulas, nas escolas, de matemática. A profa. Lucinéia retomou a proposta de UCs de ciências
236 e afirmou que para que isso não ocorra, insegurança com as diferentes áreas e formações, o foco deveria ser nos
237 fundamentos e raciocínios que cada área exige e não nos conteúdos. Profa. Ilana afirma que esta solução de gerar
238 disciplinas de ciências geraria vários espaços na grade, uma vez que reduziria UCs específicas e professores
239 coordenariam UCs em conjunto. A profa. Lucinéia disse ser esta uma vantagem, uma vez que abre mais espaços
240 para UCs de fundamento pedagógico. O prof. Sergio também concorda com a fala da profa. Lucinéia e explica a
241 importância da grade ter mais áreas livres. O prof. Carlos também vê a possibilidade de UCs de fundamento
242 pedagógico como eletivas. A profa. Ilana completa dizendo que também poder-se-ia aumentar a carga horária das
243 UCs de ciências I, II, III. A profa. Lucinéia pede que retomemos o objetivo de firmar uma posição sobre o perfil do
244 egresso e, depois, começamos a pensar nos percursos formativos. O prof. Tiago pergunta como ficariam os tempos
245 de formação? A profa. Ilana imagina talvez uma ampliação do ciclo básico. O prof. Carlos imagina que com essa
246 configuração se formaria mais adequadamente os aspectos pedagógicos dando menos destaque aos conteúdos
247 específicos. A profa. Ilana pergunta como ficariam as práticas. O prof. Sergio esclarece que a carga horária de
248 práticas é definida pelas diretrizes, mas que a forma e o percurso dessas práticas são de responsabilidade dos
249 cursos. A professora Patricia, lembrando uma fala do prof. Wagner Pommer, alerta que não é possível fazer as
250 duas coisas: ou forma para uma ciência ou cria-se percursos. Ela ainda questiona se, não foi essa, uma das razões
251 do insucesso do curso da USP / Univesp. Alguns membros do NDE responderam à questão dizendo que o problema
252 com o curso da USP foi o abandono (falta de recursos) do governo estadual ao projeto Univesp. Prof. Reginaldo vê
253 um problema em pensarmos em dividir novamente o curso em áreas, pois seria refazer tudo de novo e não
254 teríamos “fôlego” para tal iniciativa. Também não devemos criar percursos muito específicos, por exemplo, como
255 no caso da matemática. A profa. Patricia destacou que não é adequado transferir a responsabilidade de decidir
256 percursos isolados para a própria área de matemática, pois esta discussão deve ser feita por todas as áreas para
257 não gerar desconfortos. O prof. Sergio afirmou que um dos problemas dessa visão de divisão por áreas é a
258 denominação “habilitação” que vem nos certificados, dando a falsa impressão que estamos formando licenciandos
259 em áreas específicas. Os presentes na reunião começaram a discutir a viabilidade e o impacto de mudar o termo
260 habilitação nos certificados do curso. A profa. Ilana levantou a preocupação sobre as áreas de concurso dos
261 docentes que estão no curso. Como ficariam os contratados para áreas e conteúdos específicos? Os membros do
262 NDE presentes começaram a destacar o inevitável impacto que as mudanças trarão. A profa. Lucinéia apontou
263 outra preocupação, quanto a possibilidade de escolha de percursos gerar UCs sem estudantes ao final do curso. A
264 profa. Patricia destacou que isso já ocorre no modelo atual e os membros presentes comentaram ser esta uma
265 dificuldade inerente a escolha, citando o caso da UFABC. Não havendo mais tempo para o debate, os membros do
266 NDE presentes decidiram se reunir novamente para decidir sobre o perfil do egresso e objetivos sociais do curso,
267 ficando para a próxima reunião o compromisso de todos pensarem sobre percursos formativos. A próxima reunião
268 será dia 01 de novembro, 10hs, e na ocasião decidiremos sobre o perfil dos egressos e os objetivos sociais do
269 curso. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião às doze horas e dezenove minutos, para constar, eu,
270 professor Sergio Stoco, lavrei a presente ata que, após aprovada pelos membros do NDE, será assinada por mim e
271 pelos demais membros do NDE presentes.

272

Patricia Roxana Lamardi
Reginaldo Alberto de

Ilana Fichtelberg
Lucinéia

